



Yara M. Chagas de Carvalho

Pesquisadora Científica da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo e Presidente da Associação de Agricultura Orgânica (AAO).

**Construindo solidariedade no
movimento orgânico**

A agricultura orgânica surgiu no início do século passado como um movimento social de contestação às transformações que ocorriam no modo de produção agrícola, orientado à quimificação, à monocultura e à produção em escala¹. Tendo surgido nos campos de produção, esse movimento não desenvolveu uma visão crítica do modelo socioeconômico determinante das transformações que ocorriam na agricultura, nem, portanto, desenvolveu uma concepção filosófica e ética sobre uma forma utópica de organização social. Ao mesmo tempo, esse aspecto deu-lhe um caráter aberto e democrático para abrigar as mais diversas correntes ligadas a formas alternativas de sociedade e de produção agrícola, possibilitando uma construção pró-ativa da sua ideologia. Sua evolução está fundamentalmente ligada aos campos de produção, a agricultores familiares e a técnicos envolvidos na produção voltada para mercados restritos e personalizados. Só mais recentemente, sob a denominação de agroecologia, o conhecimento científico começou a organizar-se e a desenvolver-se mundialmente.

No Brasil, a modernização da agricultura, que caracterizou os anos 70 do século passado, também estimulou o surgimento de movimentos contestatórios do novo padrão tecnológico que se queria introduzir. Na época, já existiam no Brasil alguns movimentos de agricultura alternativa ligados a correntes utópicas de organização da sociedade (Antroposofia) ou a movimentos espiritualistas (Igreja Messiânica), orga-

nizados por imigrantes dos países de onde estas concepções originaram. Na década de 70, movimentos surgidos principalmente das insatisfações estudantis com o novo padrão tecnológico deram origem às diversas entidades que receberam as mais diferentes denominações e que constituem hoje o movimento brasileiro de agricultura orgânica ou de agroecologia.

De forma geral, todos os movimentos brasileiros associaram agricultura familiar com agricultura orgânica, embora as formas de trabalho e de organização obedecessem às diferentes características regionais. Em São Paulo, a Associação de Agricultura Orgânica (AAO) surgiu quando os diversos movimentos existentes no Estado entenderam a importância de constituir uma entidade que representasse a convergência das diversas correntes, seguindo a tendência que se esboçava internacionalmente. A *International Federation of Organic Agriculture Movement* (IFOAM), criada em 1972, “sem presidente mas somente com pessoas responsáveis”, dedicou-se inicialmente à troca de informações. Somente em 1976 começou a desenvolver as Normas Básicas e, em 1986, separou a atividade de acreditação das demais. Em 1988, começou a desenvolver a atividade de lobby com as organizações internacionais de comércio e de agricultura e, mais particularmente, com a Via Campesina. Em meados dos anos 80, as discussões sobre mecanismos para atendimento a grupos de pequenos produtores já se iniciavam. Estava claro que o Movimento Orgânico Internacio-

¹ Segundo EHLERS (1994), a agricultura orgânica se desenvolveu a partir dos trabalhos de compostagem e de adubação orgânica realizados por Howard no *Institute of Plant Industry* na Índia, entre os anos de 1925 e 1930. Seus conhecimentos foram difundidos por Lady Balfour, na Inglaterra, que fundou a *Soil Association* e por Rodale, nos Estados Unidos, que desenvolveu experimentos em sua fazenda na Pensilvânia e iniciou a publicação da revista *Organic Garden and Farm*.

nal, no seu caráter aberto e democrático, abrigaria as diversas tendências de agricultura alternativa mundial. Em 1988 organizou-se a primeira conferência fora do hemisfério Norte, em Burkina Fasso.

A Associação de Agricultura Orgânica foi criada em meio a esse cenário internacional. Os diversos movimentos presentes no Estado de São Paulo superaram suas diferenças e finalmente decidiram pela criação da AAO. O Conselho da AAO, até recentemente, teve representantes destes movimentos entre seus membros. Em 1992, através da AAO, trouxeram a Conferência da IFOAM para São Paulo. Entretanto foi no México, em Chiappas, 1994, que pela primeira vez os movimentos orgânico e do comércio justo reuniram-se. Na Conferência da Dinamarca, em 1996, incluíram-se as Diretrizes Sociais nas Normas Básicas de referência para acreditação. A IFOAM foi construindo democraticamente um sistema de regulação de mercado que transcende as questões tecnológicas.

Seguindo esta tradição, a AAO estabeleceu em seu Estatuto os princípios básicos de sua ideologia:

“Constitui Missão fundamental da Associação apoiar e promover os sistemas agrários que se caracterizem (...) por trazer, de modo equilibrado, benefícios para o ambiente, trabalhadores, empresários, consumidores, processadores e comerciantes, e que os produtos orgânicos sejam acessíveis economicamente para todas as classes sociais; por comercializar seus produtos observando a legislação vigente e princípios éticos, privilegiando o mercado justo e solidário; por trabalhar com todas as camadas sociais, com enfoque na Agricultura Familiar, para o desenvolvimento e prática da Agricultura Orgânica”. (Art. 4º, § único – disponível no site www.aao.org.br, 24/10/2003).

O desenvolvimento do mercado orgânico mundial

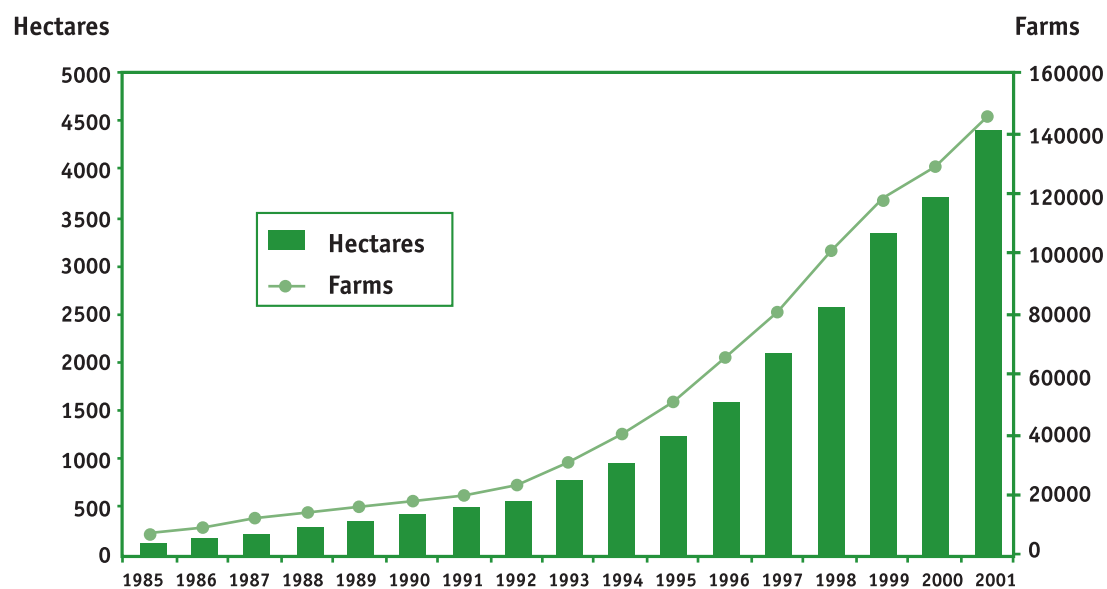
Nos anos 70, o desenvolvimento do mercado orgânico estava associado ao fomento das feiras dos produtores. A busca da ampliação do mercado levou, por um lado, ao desenvolvimento de estratégias complexas de relação direta entre produtor e consumidor, não só através de contratos, mas também através da aproximação entre os movimentos orgânico e de comércio justo e solidário. Por outro lado, decidiu-se também participar do mercado convencional, através dos supermercados. Nas relações comerciais indiretas, novo ritmo de expansão se impôs ao movimento. Estimaram-se taxas de crescimento de aproximadamente 25% nos países europeus, no período 1995-2000. Para a FAO, a taxa de crescimento prevista para o quinquênio seguinte é de 15 e 20%. A partir de 1985, quando a IFOAM contratou seu primeiro gerente em tempo integral, o mercado orgânico veio crescendo contínua e exponencialmente, estimulado agora pelos sinais evidentes para o consumidor dos perigos que o modelo da agricultura hegemônica representa à saúde (“vaca louca”, entre outras). Essa expansão trouxe, entretanto, a necessidade de o movimento aperfeiçoar continuamente suas diretrizes voltadas à justiça social e ao desenvolvimento sustentável.

As estatísticas do mercado orgânico são precárias em todo o mundo. Estão fundamentalmente baseadas nas informações prestadas pelas certificadoras. No caso da União Européia, as informações fornecidas pelo *Organic Center de Wales* de qualidade um pouco superior permitem ver a evolução desde 1985 (Gráfico 1).

No mundo todo, a agricultura orgânica cresceu associada estreitamente à agricultura familiar, que arcou com o ônus de fazer sua própria experimentação. Segundo a IFOAM, 60 a 70% das unidades produtivas orgânicas na Europa são de pequenos agricultores. Teme-se o impacto concentrador da expansão do mercado, e o movimento orgânico internacional vem buscando desenvolver mecanismos reguladores. Na Europa, a tendência à concentração é certamente menor que nos países em desenvolvimento, em função da política agrícola em geral, mas há evidências de

(Comunidade Européia 1985-2000), identificou-se que, em 80% do período, houve um aumento da área média, partindo, em 1985, de um valor inicial de 15,88 hectares para atingir, em 2000, 27,80 hectares, equivalente a uma variação de cerca de 75%.

Na Califórnia, estudo realizado para caracterizar o perfil da agricultura orgânica entre 1992-95 demonstrou que a produção orgânica já apresentava alto grau de concentração. Enquanto 2% dos produtores certificados obtinham uma renda bruta superior a US\$500.000 e representavam mais de 50% do



(Gráfico 1) Development of land under Organic Management of Organic Farms in the European Union 1985 to 2001, source: FiBL

que isso vem ocorrendo, o que pode ser observado na diferença de declividade das curvas de evolução da área total e no número de estabelecimentos orgânicos da Comunidade Européia (1985-2000), apresentados no gráfico 1. A partir da estimativa da área média destes estabelecimentos

total de vendas do setor, 66% dos pequenos produtores certificados obtinham uma renda bruta inferior a US\$10.000 e eram responsáveis por menos de 5% do total das vendas (Statistical Review of California's Organic Industry, 1992-1995, University of California Agricultural Issues Center, 1998. In: Small Farm, 1999).

Mathew Patsky (*Natural Foods Merchandiser*, In: *Small Farm*, Janeiro 1999) indica a tendência, tanto do setor varejista como do atacadista, à concentração. Segundo esse autor, “consolidações, coalizões, e aquisições (*offerings*) foram temas comuns na composição dos negócios do segmento Vida Saudável”. Companhias com capital aberto desse setor anunciaram lucros de quase 50% em 1997. Alguns dos grandes negócios do setor orgânico (*Pittsburgh’s General Nutrition*; *Whole Foods Market*, em Austin no Texas; e *Wild Oats Markets*, em Boulder, Colorado) tiveram os preços de suas ações mais do que duplicados no mesmo ano. Para ele, os setores de processamento e de fabricação de alimentos mostraram tendência semelhante de consolidações.

A produção orgânica brasileira vem se expandindo com sinais de profundas alterações no mercado. A Tabela 1, abaixo, lista os 10 principais países produtores de orgânicos em termos de área e de estabelecimentos. O Brasil aparece em 9º lugar quando se consideram estabelecimentos, mas não é listado em termos de área. Esse é um indicador da forte associação entre agricultura familiar e orgânica no Brasil e evidencia a importância de construir a integração desses dois movimentos sociais no país e, particularmente, em São Paulo (Carvalho, 2002). Austrália e Argentina são os que apresentam maiores áreas sob manejo orgânico, associadas à pecuária.

Os dados para a América Latina demonstram a importância da associação entre agricultura familiar e agricultura orgânica. Países como República

Tabela 1 – Principais Países: Áreas e Estabelecimentos Orgânicos Certificados

País	Área	País	Estabelecimentos
Austrália	10.500,000	Itália	56,440
Argentina	3.192,000	Indonésia	45,000
Itália	1.230,000	México	34,862
EUA	900,000	Uganda	28,200
Reino Unido	679,631	Peru	19,685
Uruguai	678,481	Turquia	18,385
Alemanha	632,165	Áustria	18,292
Espanha	485,079	Espanha	15,607
Canadá	430,600	Brasil	14,866
França	419,750	Alemanha	14,703
TOTAL	22.811,267		398,804
% Part. 10+	83,94%		66,71%

Fonte: SOEL – Survey, fevereiro 2003.

Tabela 2 – Agricultura Orgânica na América Latina

País	Data	Explorações	% Área Agricultável
Peru	2001	19.685	0,27
Brasil	2001	14.866	0,08
Rep. Dominicana	2001	12.000	0,40
Bolívia	2001	5.240	0,06
Colômbia	2001	4.000	0,24
Costa Rica	2000	3.569	2,00
Honduras	2000	3.000	0,06
Guatemala	2000	2.830	0,33
Paraguai	2001	2.542	0,26
Equador	2001	2.500	0,74
Nicarágua	2001	2.000	0,09
Panamá	2000		0,24
Argentina	2001	1.900	1,89
São Salvador	2000	1.000	0,31
Uruguai	2001	334	4,00
Chile	2001	300	1,50
Total (em 2.000)		75.799	

Fonte: SOEL – Survey, fevereiro de 2003.

Dominicana, Bolívia, Costa Rica, Honduras e Guatemala apresentam um número significativo de estabelecimentos certificados sem representar parcela significativa do seu pequeno território, exceto pela Costa Rica. No outro extremo, Argentina, Chile e Uruguai caracterizam-se por um número pequeno de estabelecimentos representando áreas significativas do seu território, o que define um diferencial nessa relação.

No Brasil, os dados disponíveis sobre agricultura orgânica são extra-oficiais, resultados de pesquisa pontual e não de levantamento sistemático. É interessante considerar a semelhança em termos de área e a grande disparidade em termos de número de estabelecimentos dos dois levantamentos disponíveis para 2001, à luz de que um deles considera também informações de unidades em processo de certificação. Se for considerado que os dados estão

corretos, isso significaria que as áreas em transição teriam uma área média de 0,75ha, o que representaria um impacto de forte redução da área média dos estabelecimentos orgânicos no Brasil, caindo de 38,18 para 18,54 ha.

Isso contrariaria a tendência mundial de expansão mais acentuada das grandes propriedades. Em parte, o que os dados podem estar refletindo é uma situação inicial em que agricultores familiares assistidos, com práticas orgânicas adequadas, estariam buscando reconhecimento através da certificação. Isso pode estar acontecendo em locais onde o movimento social e os órgãos oficial se mobilizaram para dar esta assessoria. O rápido crescimento do número de produtores assistidos pela ECOCERT e de projetos desse tipo certificados pelo Instituto Biodinâmico (IBD) podem ser evidências disso. Entretanto, a magnitude das áreas médias em conversão deixa sérias dúvidas de que os dados estejam realmente refletindo a realidade e não que tenham um forte componente de erro. Há evidências de que a certificação de grandes áreas está ocorrendo também.

O crescimento da demanda vem estimulando a entrada de agricultores familiares que já praticavam

a agricultura orgânica e que optam por buscar a certificação para crescer valor à sua produção orgânica. O impacto deve ser mais forte nos atuais primeiros anos. Os produtores de maior escala também estão se interessando e desenvolvendo projetos com alto nível de capitalização. Dado o alto custo relacionado à capacitação técnica, a expansão e a manutenção da agricultura orgânica entre agricultores familiares dependem de um eficiente programa de extensão pública ou privada. Assim, nos locais onde as redes existem, está sendo possível incorporá-los rapidamente ao mercado, através da certificação, uma vez que mecanismos foram estruturados dentro do padrão de certificação por auditoria, para baratear custos. Porém, a orientação das grandes explorações para o mercado externo pode estar levando-as a procurar certificadoras não computadas no estudo de Darolt (2002), não as incorporando na contagem das que estão em processo de certificação, o que daria margem a uma interpretação equivocada da evolução da agricultura familiar orgânica no Brasil.

As transformações por que o mercado vem passando são profundas e carecem de estudo aprofundado, tanto por região como por produto.

Tabela 3 – Agricultura Orgânica no Brasil, em 2001

Fontes	No. Estabelecimentos	Área (ha)	Área Média (ha)
Darolt*	14.866	275.576	18,54
ORMOND et al**	7.063	269.718	38,18

Fonte: Darolt (2002) e ORMOND et all (2002).

* Certificados e em processo de certificação;

** Certificados.

No caso da região sudeste, particularmente de São Paulo, a agricultura orgânica estava fundamentalmente baseada na produção de hortaliças e a AAO era a principal certificadora para o mercado interno. Talvez esse seja o segmento do mercado sob maior transformação.

Os produtores familiares da AAO representavam, em setembro de 2001, cerca de 60% do total dos seus associados distribuídos pelo país. Aproximadamente 62% do total dos produtores associados estavam localizados em São Paulo, mas aqui a importância relativa da agricultura familiar chega só a 44%, sendo que cerca de 70% desses produtores dedicavam-se à horticultura. Desta forma, a crise do setor dos agricultores familiares dedicados a esta atividade se confunde com o da própria Associação.

O encadeamento produtivo de hortaliças já mostrava um relativo grau de complexidade, pela atuação de organizações diversas em segmentos complementares e seqüenciais, da produção de insumos ao consumidor final. De início, a produção era organizada por um número relativamente alto de pequenos negócios que intermediavam a relação com o consumidor, principalmente através das feiras, da distribuição de cestas e de lojas especializadas. A partir da possibilidade de colocação no supermercado, uma diferenciação foi se estabelecendo. Havia empresas que trabalhavam com uma base de produtores, planejando a produção e dando assistência técnica, em uma relação fundamentada na hierarquia e no comando. Outras desenvolviam sistemas semelhantes, mas sobre bases mais pessoais, através de troca de experiências. As compras também se davam através de contratos em níveis de formalidade diversos, refletindo ou não as condições distintas estabelecidas pela empresa com o supermercado

e com os produtores. A expansão da agricultura orgânica, no Estado de São Paulo, deu-se fundamentalmente através do trabalho pioneiro dessas empresas. Algumas delas não resistiram e precisaram abandonar os supermercados, voltando à comercialização através das cestas.

Com a entrada de novas empresas, com escala, capital e logística avançada, a concorrência foi se acirrando. Novas relações entre empresas e produtores estão sendo criadas, exigindo racionalização dos custos, crescente padronização das ações e ampliação da escala, que se reflete em tratamento preferencial para produtores, com maior volume de produto. Já a possibilidade de certificação em grupo, para baratear custo aos produtores, parece estar criando novas formas de subordinação, que exigem instrumentos mais refinados de regulação do movimento orgânico e das certificadoras em particular.

O poder econômico dos supermercados frente aos seus fornecedores tem estabelecido relações desiguais nos contratos firmados. O setor de alimentos perecíveis, particularmente o de hortaliças, é o mais frágil nesta negociação, indicando que o crescimento da produção orgânica de hortaliças não está se refletindo em melhores preços ao consumidor, mas em redução das remunerações aos produtores. Alguns, com menor produção e menores condições de concorrência, estão sofrendo mais o impacto e a necessidade de buscar formas alternativas de comercialização, mesmo que complementarmente.

As informações obtidas junto a um produtor de hortaliças da AAO podem servir de ilustração para o que vem ocorrendo. É um produtor de hortaliças que possui uma área de 1,5 ha, apropriada para esse plantio. Na safra de 1997/98, o trabalho era realizado por cinco trabalhadores, sendo um meeiro,

Tabela 4 – Produtor de Feira AAO – Renda mensal em Salários Mínimos (13)

1,5 ha hortaliças

ANO	SM	ANO	SM
1997	11	2001	6
1998	19	2002	5
1999	14	2003	7*
2000	9		

que assumia a gestão da propriedade, além da mão-de-obra da família do produtor. O proprietário tinha mais tempo livre e dedicava-se, junto com seu filho, principalmente à comercialização. Vendia em duas feiras e entregava para uma empresa que colocava em supermercado. Seu custo de comercialização representava 30% do custo da produção. Considerando como critério de definição da agricultura familiar a não separação das atividades de produção e de gestão, esta exploração seria considerada patronal.

Na safra de 2002/ 03, sua capacidade de contratação de mão-de-obra se reduziu a dois empregados, um em período integral e um em meio período. A atividade da família do proprietário passou a ser mais intensiva, tanto no campo como na gestão da propriedade e na comercialização. Dentro do critério acima definido, a mesma exploração agora se enquadraria como agricultura familiar. Deixou de entregar para o supermercado, restringindo-se à feira. O custo de comercialização

aumentou, passando a ser equivalente ao custo de produção. Durante esse período, a diversidade de produtos aumentou, para atender melhor aos clientes, passando de uma listagem de 17 para 41 produtos diferentes.

As evidências na Europa, nos Estados Unidos e, particularmente, em São Paulo sinalizam que a expansão do mercado orgânico vem acompanhada de pressões econômicas que reproduzem as tensões e os caminhos da produção convencional, associada à lógica capitalista de maximização do lucro. Na luta para preservação dos ideais do movimento, introduzir mecanismos de regulação social para garantir a justiça social torna-se uma das principais preocupações do movimento internacional. A certificação deixa de ser simplesmente um instrumento de regulação social dos aspectos tecnológicos e assume o papel de um instrumento de regulação da forma de organização social e econômica de uma dada comunidade.

A justiça social como preocupação maior do movimento orgânico internacional

Ao longo de sua história, a IFOAM vem trabalhando para a aproximação entre os movimentos orgânico e de comércio justo, buscando garantir a justiça social. Já foi mencionado que, desde os primeiros anos de sua existência, a IFOAM se aproximou de movimentos representativos de camponeses e da agricultura familiar. Isso também tornou possível ao movimento orgânico definir relações justas no comércio internacional através da certificação. O paralelismo entre o sistema de garantia do produto orgânico e do mercado justo (Carvalho, 2000; Carvalho, 2002), construído pelos dois movimentos sociais, reflete a potencialidade dessa aproximação, que vem sendo realizada na prática, para produtos específicos, principalmente o café.

O comércio justo e ético visa a fortalecer a posição econômica dos produtores e dos trabalhadores marginalizados nas cadeias produtivas. Suas normas estão em geral voltadas à garantia de preço, a contratos de longo prazo, a pré-pagamento e a pagamento direto aos produtores. (sítio na internet do *International Federation for Alternative Trade*, www.ifat.org, 16/03/2000). Essa perspectiva teve como desdobramento o debate sobre a certificação de grupos de produtores para viabilizar seu acesso a agricultores de escala pequena e também tem orientado a elaboração de normas sociais básicas.

Desde 1986, havia orientação para trabalhar com certificação de Grupos de Pequenos Produtores (GPP), mas só em 1996 isso foi regulamentado. As práticas realizadas eram, entretanto, bastante diversas e, para padronizá-las, foram realizados três encontros, de 2001 a 2003, que resultaram uma dire-

triz com os seguintes aspectos fundamentais: 1) exigência de um sistema interno de controle; 2) orientação de como inspecionar e avaliar os sistemas internos de controle; 3) definição de procedimentos para certificação de grupos.

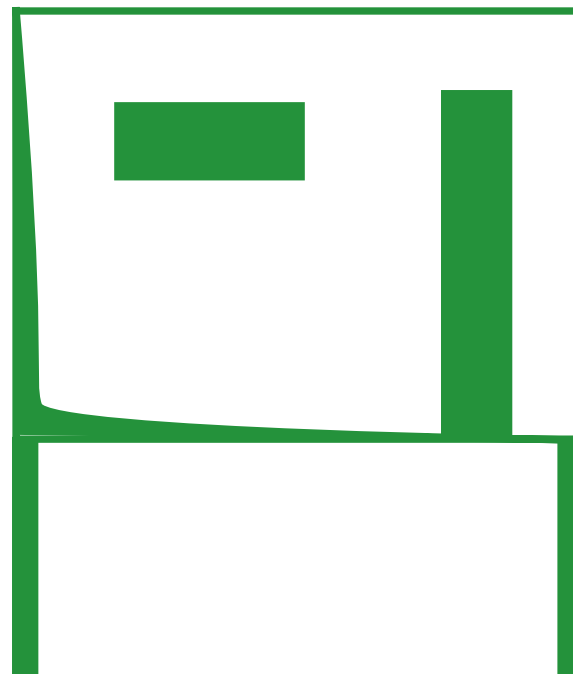
Essa proposta foi desenvolvida juntamente com grupos interessados de países em desenvolvimento e oficializou o reconhecimento de que esses grupos recebem orientação técnica, seja de órgão oficial, seja de ONG. É uma forma de apropriar-se de um subsídio indireto, reduzindo custos através do trabalho técnico já disponibilizado aos agricultores familiares.

Em geral, no sistema de trabalho da IFOAM, definem-se diretrizes amplas, deixando espaços para deliberação das entidades. A definição de grupos privilegia aspectos como proximidade geográfica, homogeneidade de sistemas de produção e tamanho da propriedade. Podem ser grupos formais e informais organizados por empresa importadora, por exemplo. O número mínimo recomendado é de 30 a 50 produtores e sugere-se que o tamanho máximo seja um elemento de risco a ser considerado na avaliação, que é parte dos procedimentos de certificação. Os critérios para definir pequena produção incluem pelo menos seis dos seguintes elementos: ser baseada predominantemente no trabalho da família; ter baixa capacidade de administrar a exploração, de armazenar e processar seu produto e de comercializar por si mesmo; ter dificuldade de se comunicar na mesma língua que os auditores da certificadora; não obter um rendimento anual superior a 5 mil dólares (média de cinco anos) e o custo da certificação não ultrapassar 2% do valor obtido com a comercialização do produto (média de cinco anos).

Um elemento importante do processo de certificação em grupo é o sistema de identificação dos riscos, pelo e com o grupo, que não só deve ser internalizado para orientar o sistema interno de controle, como também posteriormente deve ser objeto da própria auditoria externa.

O procedimento para certificação de grupo está baseado em uma proposta orientadora que considera três aspectos de não conformidade: 1) o funcionamento do Sistema de Controle Interno; 2) o controle social e a responsabilidade da comunidade; 3) a capacitação dos produtores. As duas últimas recebem um peso de 20%. Esse talvez seja um dos aspectos importantes para construção, com o núcleo, de um processo endógeno de valorização de procedimentos técnicos e administrativos complementares ao sistema de controle social, que devolva papel de protagonista à comunidade, no âmbito da certificação por auditoria. Aprofundar esse ponto pode ser uma forma de fazer convergir a proposta de certificação participativa em rede com a desenvolvida em parceria com outros movimentos internacionais semelhantes, no âmbito do projeto: *Growing Organic - Development of organic agriculture in developing countries*, da IFOAM; a certificação por auditoria de grupo de pequenos produtores.

Um segundo projeto em andamento na IFOAM, *Social Accountability in Sustainable Agriculture*, refere-se à discussão sobre como introduzir, nas Normas Básicas, critérios que permitam integrar efetivamente normas que garantam a justiça social. No documento síntese deste trabalho (Henderson et al, 2003), define-se que “o objetivo é construir um modelo de um sistema alimentar alternativo criando incentivos à equidade social e condições de trabalho justas, através da criação de um selo de justiça social



para os alimentos. A visão deste sistema alimentar alternativo é o de pequenas propriedades familiares, economicamente vibrantes, que gerem bem-estar para a família de agricultores e trabalho digno aos trabalhadores”. O texto está organizado para discutir: 1) o direito dos agricultores e as responsabilidades dos compradores, tratando de contratos, processos de negociação, igualdade, definição de preços e outros benefícios; 2) o direito de compradores e a responsabilidade dos agricultores; 3) o direito dos povos tradicionais; 4) as diretrizes para o trabalho rural, considerando trabalho infantil, aprendizes e bolsistas, salário e benefícios, habitação e saúde. Uma ação paralela é o projeto de pesquisa em andamento sobre a introdução de um código de conduta para o comércio, cujos pontos essenciais guardam forte relação com as diretrizes do comércio justo: compromisso com justiça social; transparência e responsabilidade; relações de negócios diretos e em longo prazo; distribuição equitativa de resultados; comunicação e fluxo de informações; desenvolvimento de competências e edificação de capacidade; ética interna: empregados, ambiente e comunidade local; apoio à comunidade orgânica. O projeto está em fase experimen-

tal, com voluntários avaliando sua implantação, e será objeto de discussão no encontro da IFOAM de 2003.

A aproximação entre estes dois movimentos tem sido facilitada pelas estratégias de atuação que se refletem no tipo de organização criada: a IFOAM e a *Fairtrade Labelling Organization* (FLO). Maior desafio está em construir a aproximação com uma visão transformadora da organização social global. Nessa perspectiva, a abordagem da campanha de comércio da OXFAM, baseada nas premissas de que o sistema de comércio mundial é indefensável, a pobreza é a causa da instabilidade global e o sistema internacional reflete escolhas políticas que podem ser mudadas, coloca um tipo de análise e de perspectiva difícil de ser absorvida pelo fórum democrático da IFOAM.

Já uma visão de transformação radical do modelo de desenvolvimento pode ser mais facilmente absorvida pelo movimento orgânico quando o comércio e o mercado não são o foco. A aproximação do movimento orgânico com o ambientalista ocorre mais facilmente: “A agricultura orgânica coloca em prática o conceito de multifuncionalidade, incluindo a biodiversidade, o bem-estar animal, a segurança alimentar, a produção orientada para o mercado, o desenvolvimento rural e aspectos sociais e de comércio justo. A agricultura orgânica é fundamental para o desenvolvimento rural sustentável e crucial para o desenvolvimento futuro da agricultura e da garantia alimentar global”. (“Declaração de Vignola, maio de 1999”. Martins, 2001. In: Carvalho, 2001). A importância da estratégia de desenvolvimento local define-se na mesma perspectiva do “trabalhando com a natureza” e da especificidade dos ecossistemas integrantes na ideologia do movimento orgânico.

Desafios e perspectivas do movimento orgânico-agroecológico brasileiro: a solidariedade na produção e na comercialização de alimentos

Os movimentos orgânico e agroecológico têm raízes distintas que refletem perspectivas diferentes de compreensão da realidade socioeconômica em que a aplicação da tecnologia na agricultura se insere. Essas perspectivas diferentes também levaram a estratégias de ação diferenciadas. O movimento agroecológico tem privilegiado o trabalho junto aos agricultores, fortalecendo suas ações no campo técnico, social e econômico. O movimento de agricultura orgânica, partindo da perspectiva da saúde do ambiente, do trabalhador e do consumidor, orientou-se à criação de um processo massivo de expansão, via mercado. Entretanto, a visão da ordem econômica e social em construção define um objetivo comum. O grande desafio é definir a identidade deste movimento resultante, que está em construção.

Do movimento agroecológico vem a clara compreensão de que não se trata simplesmente de corrigir distorções de mercado através da certificação, mas de construir um modelo alternativo de sociedade que se alicerce na concepção do protagonismo do produtor. Do modelo orgânico, a percepção de que a mudança pode ser também construída gradativamente através do protagonismo da sociedade em geral, produtores e consumidores; de que é possível construir novas regras para regulação de relações sociais que sejam incluídas da agricultura familiar: o impacto da certificação de grupos no Brasil parece ser um indicador dessa possibilidade.

Como a construção de um modelo alternativo através da alteração das relações comerciais globais

se insere neste cenário? Como a Campanha de Comércio da *Oxford Family* (OXFAM) e o princípio de soberania alimentar, assumido pela Via Campesina, inserem-se? Dito de outra forma, qual é a visão de comércio internacional do movimento orgânico-agroecológico brasileiro? Este é um debate por realizar.

Entretanto, muito vem sendo realizado com vistas a uma articulação nacional entre os movimentos orgânico e agroecológico, que parecem orientar-se por uma missão implícita de unificação. A capacidade reguladora fortaleceu-se através dessa articulação e da abertura das entidades para a participação crescente de todas as categorias sociais interessadas na manutenção dos ideais dos dois movimentos, essa articulação já se mostrou eficiente em vários momentos:

1995 - criação do Comitê Nacional de Produtos Orgânicos;

1999 - Instrução Normativa 007, que institui os instrumentos sociais de regulação;

2002 - criação do Grupo de Agricultura Orgânico (GAO);

2003 - encaminhamento de texto coletivo para o Projeto de Lei 14, que, além de garantir a estruturação do mercado de orgânico, reconhece a possibilidade de existência de vários tipos de certificação e fortalece o movimento orgânico, criando autonomia de decisão nos espaços de comercialização direta, as feiras, e talvez o comércio solidário, regulados pelo movimento.

O movimento orgânico-agroecológico brasileiro parte da concepção do protagonismo do produtor no processo de construção de uma nova forma de produzir alimentos e de organização das relações socioeconômicas. O consumidor tem papel fundamental na construção desta nova realidade. Nas di-

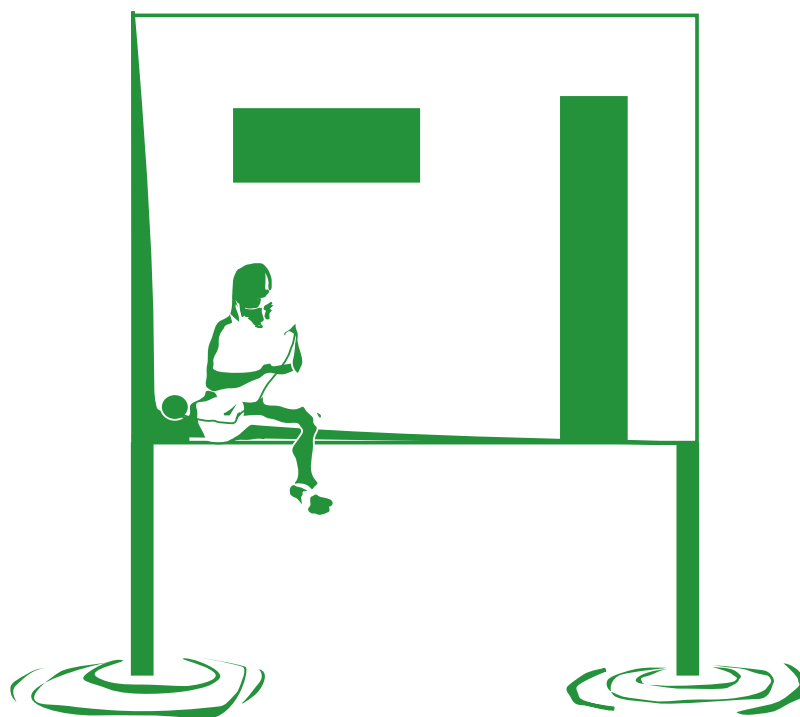
versas experiências, entretanto, a ênfase dada diverge. O trabalho da rede de agroecologia tem privilegiado as ações de fomento junto aos agricultores, enquanto as entidades orientadas pela ideologia orgânica e, particularmente a AAO, tem privilegiado as relações com o consumidor, não só pelo sistema de certificação por auditoria, concebido na lógica do consumidor que está disposto a pagar pela garantia de um serviço, como também pela integração a movimentos e a organismos de defesa do consumidor, como o Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), e ambientalistas. Historicamente, a ênfase das ações da AAO tem sido sempre à articulação e ao lobby político, com impacto sobre o movimento e sobre a sociedade em geral. A estratégia atual da AAO é recuperar o desenvolvimento de projetos locais de fomento da agricultura orgânica na perspectiva do protagonismo do agricultor. Isso significa questionar internamente o processo de certificação por auditoria da AAOcert, expandindo o processo de participação na certificação por auditoria. Entendo ser esse o diferencial da possibilidade de contribuição da AAO e da AAOcert junto aos agricultores protagonistas para o movimento nacional.

A partir de estratégias diversas, busca-se a criação de uma rede nacional de certificação participativa; de um lado, promovendo a rede de agricultores ecológicos protagonistas na formação de uma nova sociedade; de outro, aprofundando sua integração nos processos de negociação social com o consumidor, através da elaboração de “contratos” justos e da abertura a que o consumidor, também protagonista, participe do sistema de garantia que deseja e que contribua para tornar efetivamente a certificação em um processo de regulação social. Que instituições serão estas, e

como será o processo de certificação orgânica-agroecológica-solidária no Brasil, são questões-ali-cerce para uma história em construção.

“Cada certificadora desenvolve suas estratégias para garantir o comprometimento com os ideais. A certificação realizada por um grupo associativo reforça este elemento de ‘princípios comuns’ sobre o qual cada indivíduo admite se submeter ao interesse coletivo e a participar do processo de garantia do cumprimento dos objetivos comuns. É um convite a todos que comungam dos ideais da entidade a participarem do processo, envolvendo-se com a criação das estratégias específicas para preservação dos ideais do grupo”. (Carvalho, 2003).

A organização, aberta efetivamente para integrar agricultores familiares e consumidores, protagonistas do processo de construção de uma outra forma de sociedade, desempenha o papel de regular o mercado, erigindo gradativamente as bases para isto. O principal desafio é construir esta instituição capaz de efetivamente estimular que a solidariedade seja o critério norteador das relações sociais e econômicas.



Bibliografia

- Carvalho, Yara M.C. “Agricultura orgânica e o comércio justo”. In: *Adubação verde para agricultura orgânica: Dia de Campo*. Ambrosano, E.J. (comp.). Piracicaba: 2000, pp.123-149.
- _____. “Agricultura orgânica, desenvolvimento local e organização”. In: *Agricultura orgânica e agricultura familiar*. Freitas, E, R.; Maiorano, J.A.; Blanco, M.C.S.G; Penteado, S.R. (org). Campinas: CATI, 2001, pp. 135-143.
- _____. “Agricultura orgânica e agricultura familiar”. In: *Anais do V Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção*. Florianópolis: maio 2002, pp. 20-23. (Cd-rom).
- _____. “A agricultura orgânica e o comércio justo”. In: *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, vol.19, nº 2. Brasília: maio/ago, 2002a, pp. 205-234.
- _____. “O papel do consumidor na garantia da qualidade orgânica”. In: *V Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica*. Caxias do Sul, pp. 3-6 set 2003. (Mimeo)
- Darolt, M. *Agricultura Orgânica: inventando o futuro*. Londrina: IAPAR, 2002.
- FAO. *World agriculture towards 2015-2030: summary report*. Retirado do sítio na internet www.fao.org, 07/2002.
- Ehlers, E. *A Agricultura alternativa: uma visão histórica*. Estudos Econômicos, São Paulo, v.24, p. 9-29, 1994
- Henderson, E; Mandelbaum, R.; Mendieta, O., Sligh, M. *Toward Social Justice and Economic Equity in the Food System: A Call for Social Stewardship Standards in Sustainable and Organic Agriculture*. Retirado do sítio na internet www.infoam.org em outubro de 2003
- IFOAM. *Growing organic: development of organic agriculture in developing countries. Certificación de grupos de pequenos productores*. Retirado do sítio na internet www.ifoam.org. Agro Eco, 2003.
- IFOAM. *Social Agenda for organic Agriculture*. Retirado do sítio na internet www.ifoam.org, 09/2003.
- IFOAM. *Código IFOAM de Conduta Para o Comércio Biológico*. Retirado do sítio na internet www.ifoam.org, 23/10/2003.
- Ormond, J.G.P; Lima de Paula, S.R.; Faveret, P. Rocha, L.T.M. (Orgs). *Quando o passado é futuro*. Rio de Janeiro: BNDES Setorial, nº 15, março 2002, p. 3-34.
- Yussefi, M.; Willer H. (Ed.). *Organic Agriculture World Wide: statistics and future perspective*. Stiftung Ökologie & Landbau-Bad Dürkheim: Söl, 2002. (SÖL-Sonderausgabe; n.74).
- _____. *Organic Agriculture World Wide: statistics and future perspective*. Tholey-Theley: IFOAM, 2003.